



Proposta de Política Pública para o Cinema e o Audiovisual do Paraná

GOVERNO DO PARANÁ

Carlos Massa Ratinho Junior

Governador

Darci Piana

Vice-governador

Secretaria de Estado da Cultura (SEEC)

Luciana Casagrande Pereira Ferreira

SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA

Elietti de Souza Vilela

Diretora-geral

Laura Haddad

Diretora do Desenvolvimento de Economia da Cultura

Daniele Mariano

Coordenadora de Apoio, Fomento e Incentivo à Cultura

PRFILM COMMISSION

Luciana Casagrande Pereira Ferreira

Presidente da PrFilm Commission

Fernanda Schuhli Bourges

Representante da Diretoria-Geral da SEEC

Luiz Gustavo Vilela Teixeira

Secretário Executivo

Nalu do Amaral Polak

Estagiária

Ester Marçal Fér

Representante do Conselho Estadual de Cultura

ORGANIZAÇÕES DE CLASSE DA SOCIEDADE CIVIL

Jussara Locatelli

SIAPAR – SINDICATO DA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL DO PARANÁ

Jeferson Ayetta de Miranda
(suplente)

SATED PR – Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões

Angelo Antonio Stroparo

AVEC – Associação de Vídeo e Cinema do Paraná

SEBRAE/PR

Diretoria Executiva

Vitor Roberto Tioqueta

Diretor Superintendente

César Reinaldo Rissete

Diretor Técnico

José Gava Neto

Diretor de Administração e Finanças

UNIDADE COMPETITIVIDADE SETORIAL

Weliton Monteiro Perdomo

Gerente

COORDENAÇÃO ESTADUAL DE ECONOMIA CRIATIVA E ARTESANATO

Patrícia Albanex

Coordenadora Estadual de Turismo, Economia Criativa e Artesanato

Eduarda Lopes

Assistente da Coordenação

Priscila Cazarin Braga

Consultoria de gestão e articulação

Caio Julio Cesaro

Consultor Técnico Responsável

Sumário

1. Fundamentação teórica e conceitual	6
1.1 O Audiovisual como campo de política pública	6
1.2 A dupla face do audiovisual: simbólica e econômica	7
2. Princípios Orientadores	7
3. Modelo Proposto: Institucionalidade dual Integrada	8
3.1 Fundamentação do modelo	8
3.2 Secretaria da Cultura: institucionalidade para a dimensão simbólica	9
3.4 Mecanismos de integração sistêmica e governança	10
3.3 Paraná Filmes: motor da dimensão econômica	10
3.4.1 Conselho do Audiovisual Paranaense	11
3.5 Diagrama da Governança proposta:	13
4. Diretriz Estratégica: Integração e inclusão dos municípios	14
5. Arquitetura de Política Pública: Cinco Eixos Estratégicos	15
5.1 Eixo 1: Pesquisa	15
5.1.1 Descrição geral	15
5.1.2 Objetivos específicos	16
5.1.3 Divisão institucional	16
5.2 Eixo 2: Formação e qualificação profissional	16
5.2.1 Descrição geral	16
5.2.2 Objetivos específicos	17
5.2.3 Divisão institucional	17
5.3. Eixo 3: Produção e desenvolvimento de conteúdo	17
5.3.1 Descrição geral	17
5.3.2 Objetivos específicos	17
5.3.3 Divisão institucional	18
5.4 Eixo 4: Difusão (distribuição e exibição)	18
5.4.1 Descrição geral	18
5.4.2 Objetivos específicos	19
5.4.3 Divisão institucional	19

5.5 Eixo 5: Preservação audiovisual	19
5.5.1 Descrição geral	19
5.5.2 Objetivos específicos	20
5.5.3 Divisão institucional	20
6. Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA)	20
6.1 Natureza e finalidades	21
6.2 Fontes de Receita	21
6.3 Gestão e Governança	22
6.4 Instrumentos de aplicação	22
6.5 Princípios de Aplicação	22
7. Fomento e Financiamento: Um Portifólio Diversificado	23
7.1 Fomento Direto com recursos do Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA)	24
7.2 Bolsas para pesquisa e desenvolvimento	25
7.3 Fomento estrutural e continuado	26
7.4 Financiamento e investimento	27
7.5 Prêmio-Estímulo	29
7.6 Fomento à inovação e sustentabilidade	30
7.7 Fomento por medição de entregas	31
8. Monitoramento e Avaliação da Política Pública	32
9. Considerações Finais	34
10. Referências Bibliográficas	35

Proposta de Política Pública para o Cinema e o Audiovisual do Paraná

Sumário Executivo

O setor audiovisual representa hoje uma das mais dinâmicas e estratégicas áreas da economia criativa mundial. No Brasil, o audiovisual tem experimentado crescimento significativo, impulsionado por políticas públicas estruturantes e pelo desenvolvimento de novas tecnologias e plataformas de distribuição. O Paraná, com sua rica diversidade cultural, paisagística e seu potencial econômico, possui todas as condições para se consolidar como um dos principais polos audiovisuais do país.

A presente proposta de um **Programa Estadual de Desenvolvimento do Cinema e Audiovisual do Paraná (PROAV-PR)** é um dos produtos da parceria entre a **Secretaria de Estado da Cultura (SEEC)** e o Sebrae Paraná, e emerge de um esforço colaborativo entre estas instituições, enriquecido pelo trabalho participativo e de reflexão realizado com a Comissão da Paraná Film Commission (PrFilm Commission); pela análise aprofundada de documentos estratégicos, como o estudo comparativo sobre film commissions brasileiras e estrangeiras realizado também no contexto desta parceria; pelo alinhamento às diretrizes nacionais estabelecidas pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e pelo Ministério da Cultura (MinC); e por um extensivo estudo das políticas audiovisuais em outros estados brasileiros e em contextos internacionais. Este documento, portanto, é a consolidação de um diagnóstico e a formulação de uma visão de futuro para o setor audiovisual paranaense.

O pilar central desta proposta é a articulação de um modelo teórico-metodológico dual, que reconhece e valoriza as duas faces indissociáveis do audiovisual: sua dimensão simbólica, como vetor de cultura, identidade, memória e diversidade, e sua dimensão econômica, como um potente motor de desenvolvimento, competitividade, e geração de trabalho e renda. Compreendendo que cada uma dessas dimensões demanda estratégias, instrumentos e institucionalidades específicas, o PROAV-PR propõe uma arquitetura de governança que, embora sistêmica e orgânica, trata os diferentes de forma diferente para garantir a equidade de oportunidades.

Neste modelo, a **Secretaria de Estado da Cultura** se consolida como a guardiã da dimensão simbólica, focando em programas de formação de público, educação audiovisual, preservação patrimonial e fomento a obras de caráter experimental e identitário. Em paralelo, propõe-se a criação da **Paraná Filmes**, uma nova institucionalidade com natureza jurídica de empresa pública, que atuará como o braço econômico da política audiovisual. A Paraná Filmes absorverá a **PrFilm Commission** como uma de suas coordenações, concentrando-se no desenvolvimento da cadeia produtiva, na atração de investimentos, na inovação tecnológica e na inserção competitiva do Paraná nos mercados nacional e internacional.

A governança do sistema será assegurada por um **Conselho do Audiovisual Paranaense**, de caráter deliberativo e representativo, e por um **Comitê de Articulação Interinstitucional**, de perfil operacional, garantindo a sinergia entre as ações da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) e da Paraná Filmes. Esta política pública visa consolidar e expandir o ecossistema audiovisual paranaense, efetivando o Paraná como um hub audiovisual de produção,

formação e inovação, competitivo e sustentável, capaz de gerar trabalho, renda e desenvolvimento territorial, ao mesmo tempo em que valoriza e promove a identidade cultural paranaense.

A proposta também apresenta uma estrutura baseada em **cinco eixos estratégicos** fundamentais (**pesquisa, formação, produção, difusão** (distribuição e exibição) e preservação) e inclui um portfólio diversificado de mecanismos de fomento, que passa pela implementação de fundo e linha de crédito subsidiado até a criação de instrumentos inovadores, como o uso de blockchain para certificação e financiamento e a conexão com a economia verde, como por exemplo, por meio de créditos de carbono, oferecendo, assim, uma abordagem sistêmica e integrada para o desenvolvimento do setor.

1. Fundamentação teórica e conceitual

1.1 O Audiovisual como campo de política pública

O setor audiovisual contemporâneo transcende classificações simplistas. Ele se configura como um campo híbrido, na acepção de Pierre Bourdieu (1996) e, no contexto brasileiro, de Renato Ortiz (1988; 2006), no qual se entrelaçam, de maneira complexa e interdependente, dimensões culturais, econômicas, sociais e tecnológicas. Essa hibridez intrínseca exige que as políticas públicas superem a dicotomia histórica entre “cultura” e “economia”, adotando uma abordagem transversal que reconheça a natureza multifacetada do setor, como apontam Nicholas Garnham (2005) e os brasileiros Antonio Albino Canelas Rubim (2007) e Lia Calabre (2014).

A literatura especializada em políticas culturais, como destacam Rubim (2007) e Calabre (2014), e em economia criativa, conforme observa Ana Carla Fonseca Reis (2008), converge na identificação de três paradigmas fundamentais para a compreensão do audiovisual como objeto de política pública:

Paradigma simbólico: Paradigma simbólico. Sob esta ótica, o audiovisual é compreendido como um veículo primário para a construção e disseminação de identidades, a preservação da memória coletiva e a promoção da diversidade cultural. As obras audiovisuais não são meras mercadorias, mas repositórios de valores, narrativas e visões de mundo. Uma política pública alinhada a este paradigma, em consonância com a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO (2005), deve garantir que as mais variadas vozes da sociedade paranaense possam se expressar e ser ouvidas, fortalecendo o tecido social e a democracia.

Paradigma econômico: Aqui, o audiovisual é visto como um setor estratégico da economia criativa, com alto potencial de geração de empregos qualificados, atração de investimentos e desenvolvimento territorial. A cadeia produtiva do audiovisual, que se estende do roteiro à exibição, mobiliza uma vasta gama de serviços e profissionais, criando um efeito multiplicador na economia, como demonstram Michael Porter (1985) e, em diálogo com a realidade brasileira, Ana Carla Fonseca Reis (2012) e Paulo Miguez (2012). A política pública, neste caso, deve concentrar-se em fortalecer a competitividade, fomentar a inovação e remover os gargalos que limitam o crescimento sustentável do setor.

Paradigma tecnológico e de inovação: O audiovisual é, por natureza, um campo de vanguarda tecnológica. Desde a invenção do cinema até as experiências mais recentes com realidade virtual e inteligência artificial, o setor tem funcionado como um laboratório de inovação. Como argumentam Manuel Castells (1996) e Pierre Lévy (1999), e conforme discutem autores brasileiros como Renato Ortiz (2000), André Lemos (2002) e Lúcia Santaella (2003), a era digital transformou profundamente os modos de produção, distribuição e consumo cultural. Uma política pública contemporânea deve, portanto, não apenas acompanhar essas transformações, mas também estimular a experimentação e a apropriação crítica das novas tecnologias, preparando o setor para os desafios e oportunidades do futuro.

1.2 A dupla face do audiovisual: simbólica e econômica

A distinção entre as dimensões simbólica e econômica do audiovisual não implica uma separação, mas sim o reconhecimento de que, para fins de formulação de políticas públicas, diferentes ênfases são necessárias. Ignorar a dimensão simbólica em favor de uma visão estritamente mercadológica pode levar à homogeneização cultural e à perda de relevância local. Por outro lado, negligenciar a dimensão econômica impede que o setor alcance a sua plena capacidade de gerar desenvolvimento e sustentabilidade para seus agentes.

"A cultura é, ao mesmo tempo, o que nos une e o que nos diferencia. É um motor de desenvolvimento e um fim em si mesma." - Irina Bokova, ex-diretora-geral da UNESCO

Essa perspectiva está em consonância com a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO (2005) e com as análises de José Márcio Barros e José Oliveira Júnior (2013) e Lia Calabre (2014), que destacam a necessidade de políticas culturais capazes de articular diversidade, economia e cidadania cultural no contexto brasileiro.

O grande desafio de uma política pública integrada é, portanto, conceber uma arquitetura institucional e um conjunto de instrumentos que nutram ambas as dimensões de forma equilibrada e sinérgica. É necessário fomentar tanto o filme de autor que explora novas linguagens e reflete sobre a identidade paranaense, quanto a série de TV com potencial de exportação que gera centenas de postos de trabalho. O modelo dual proposto neste documento busca precisamente materializar essa visão.

2. Princípios Orientadores

Diversidade e inclusão: A política reconhecerá a diversidade cultural e regional do Paraná como fundamento de sua identidade e riqueza simbólica, assegurando a representatividade de diferentes vozes, narrativas e identidades. Serão implementadas ações afirmativas voltadas à ampliação da participação de grupos historicamente sub-representados no setor audiovisual, em consonância com políticas públicas em curso, no âmbito das três esferas de governo.

Territorialidade: A política valorizará as especificidades culturais e econômicas de cada território do Paraná, promovendo o desenvolvimento audiovisual de forma descentralizada e

equitativa. Uma abordagem de política pública que promoverá integração entre diversidade cultural e gestão territorial.

Transparência e participação: A gestão da política será orientada pelos princípios da transparência, da apresentação de resultados e da participação social, como propõem Rubim (2015) e Calabre (2015) em suas reflexões sobre processos participativos e governança cultural. Todos os processos de seleção, acompanhamento e avaliação serão conduzidos de forma pública e acessível, garantindo o controle social e a legitimidade das decisões.

Articulação e cooperação: A política fomentará a articulação entre os diferentes elos da cadeia produtiva, entre as esferas de governo e entre os setores público, privado e comunitário. Essa diretriz busca construir um ecossistema audiovisual coeso, capaz de gerar sinergias e parcerias no âmbito nacional e internacional.

Sustentabilidade: A política será orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, compreendendo as dimensões econômica, social, cultural e ambiental de maneira integrada. Essa perspectiva dialoga com as proposições de Reis (2007), que concebe a economia da cultura como vetor de desenvolvimento territorial sustentável. O audiovisual será, portanto, promovido como instrumento de desenvolvimento local e inclusão social, respeitando as especificidades regionais.

Inovação e excelência: O programa incentivará a adoção de novas tecnologias, formatos e modelos de negócio, estimulando a inovação como elemento estratégico para a competitividade do setor. Conforme destacam Pierre Lévy (1999), André Lemos (2002) e Lúcia Santaella (2003), a inovação tecnológica é também uma transformação cultural, um processo de criação de novos modos de expressão e sociabilidade. A busca pela excelência técnica e artística, nesse contexto, será princípio norteador de todas as ações.

3. Modelo Proposto: Institucionalidade dual Integrada

3.1 Fundamentação do modelo

A complexidade do setor audiovisual, com suas dimensões cultural e econômica indissociáveis, exige uma estrutura de governança que seja, ao mesmo tempo, especializada e integrada. A proposta de uma institucionalidade dual para o audiovisual paranaense fundamenta-se na teoria neoinstitucionalista de Douglass North (1990) e encontra paralelo, no contexto brasileiro, nas análises de Antonio Albino Canelas Rubim, Taiane Fernandes e Iuri Rubim (2010) e de Alexandre Barbalho e Lia Calabre (2011), que destacam o papel das instituições culturais como mediadoras entre Estado, sociedade e mercado.

Além disso, o modelo dialoga com os princípios de coordenação horizontal em políticas públicas, discutidos por Barry G. Peters (1998) e, em chave brasileira, por Rubim (2015) e José Márcio Barros (2015), que apontam a importância de arranjos institucionais capazes de promover articulação e sinergia entre diferentes instâncias de governo e entre os setores público, privado e comunitário.

A proposta não busca dividir o audiovisual, mas sim potencializá-lo, criando um ecossistema em que tanto a expressão cultural quanto o desenvolvimento industrial possam florescer de forma integrada. A **Secretaria de Estado da Cultura (SEEC)** e a futura **Paraná Filmes** atuarão como duas faces de uma mesma moeda, cada uma com missão clara e complementar, articuladas por mecanismos de governança que assegurem cooperação, coerência estratégica e eficiência na execução das políticas públicas.

A **dimensão simbólica**, sob responsabilidade da SEEC, concentra-se nos aspectos culturais, identitários, educativos e de diversidade do audiovisual. Sua atuação visa à valorização da cultura paranaense, à formação de cidadãos críticos e à democratização do acesso aos bens culturais, tanto em sua produção quanto em sua fruição, além da preservação da memória audiovisual do Estado.

A **dimensão econômica**, a ser operacionalizada pela Paraná Filmes, é orientada para o desenvolvimento produtivo e competitivo do setor audiovisual, estimulando a inovação, a geração de trabalho e renda e a atração de investimentos públicos e privados. A atuação dessa instituição buscará inserir o Paraná nos circuitos nacionais e internacionais de produção, distribuição e exibição, consolidando o audiovisual como vetor estratégico da economia criativa.

3.2 Secretaria da Cultura: institucionalidade para a dimensão simbólica

A Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), fundamentada pela Lei Estadual n.º 21.352/2023, manterá suas competências legais e atuará como a guardiã da dimensão simbólica do audiovisual paranaense. Sua ação consolidará o papel da cultura como direito, expressão e bem público. No âmbito da política audiovisual dual, suas atribuições abrangerão a formação de público, a preservação da memória, a democratização do acesso e o fomento à produção audiovisual de caráter artístico, experimental e identitário. Essas funções visam garantir que o cinema e o audiovisual do Paraná sejam instrumentos de valorização da cultura, da diversidade e da cidadania.

Missão específica

Promover o cinema e o audiovisual como instrumentos de valorização da identidade cultural paranaense, democratização do acesso à cultura, formação cidadã e preservação da memória, assegurando a diversidade e a inclusão cultural.

Missão específica

- **Diversidade cultural:** promoção da representatividade e da inclusão;
- **Educação audiovisual:** formação cidadã e alfabetização midiática;
- **Preservação patrimonial:** salvaguarda da memória audiovisual;
- **Democratização cultural:** ampliação do acesso à produção e à fruição.

3.3 Paraná Filmes: motor da dimensão econômica

Para que o Paraná se consolide como um polo audiovisual competitivo, é necessária uma institucionalidade com maior agilidade administrativa, foco em mercado e capacidade de diálogo com o setor produtivo e investidores. Propõe-se, assim, a criação da Paraná Filmes, inspirada em modelos nacionais e internacionais de sucesso e fundamentada na teoria da Tripla Hélice de Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff (2000). No contexto brasileiro, essa teoria é amplamente interpretada por Ana Carla Fonseca Reis (2008), que associa a articulação estratégica entre governo, empresas e universidades à promoção da inovação e do desenvolvimento no campo da economia criativa.

Natureza jurídica

Recomenda-se que a Paraná Filmes seja instituída por meio de lei estadual específica, como uma empresa pública estadual (Empresa de Cinema e Audiovisual do Paraná), com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. A vinculação à Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) deverá garantir o alinhamento estratégico e a coerência com as políticas culturais do Estado, preservando, contudo, a flexibilidade operacional necessária para sua atuação econômica.

Missão específica

Promover o desenvolvimento econômico sustentável do cinema e do audiovisual no Paraná, incluindo os jogos eletrônicos (games) e as novas mídias, posicionando o Estado como um hub competitivo de produção, serviços e inovação. A instituição buscará gerar oportunidades de trabalho e renda e fomentar o desenvolvimento territorial por meio da atração de investimentos e da inserção estratégica nos mercados nacional e internacional.

Competências nucleares:

- **Desenvolvimento produtivo:** fortalecimento da cadeia de valor do audiovisual;
- **Atração de investimentos:** promoção da competitividade territorial;
- **Inovação tecnológica:** estímulo à modernização, digitalização e adoção de novas mídias;
- **Inserção em mercados:** projeção nacional e internacional do audiovisual paranaense.

3.4 Mecanismos de integração sistêmica e governança

A eficácia do modelo dual proposto depende essencialmente da qualidade de seus mecanismos de integração e governança. A coordenação entre a Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) e a Paraná Filmes deve ser conduzida sob uma lógica de governança colaborativa, transparente e orientada por resultados, assegurando que ambas as institucionalidades operem em sinergia, evitem sobreposições e maximizem o impacto positivo das políticas públicas.

3.4.1 Conselho do Audiovisual Paranaense

Propõe-se a criação do Conselho do Audiovisual Paranaense, organismo de caráter deliberativo e consultivo, com **composição paritária entre poder público e sociedade civil**. O conselho será a principal instância de formulação, acompanhamento e avaliação da política audiovisual do Estado. Sua função central será definir diretrizes estratégicas, monitorar a execução dos programas e garantir a coerência entre as ações da SEEC e da Paraná Filmes, assegurando que o modelo dual opere de forma complementar e integrada.

Composição paritária (18 membros):

Poder Público (9 membros):

- Secretário da Cultura (Presidente);
- Diretor-Presidente da Paraná Filmes (Vice-Presidente);
- Representante da Casa Civil (Superintendência-Geral de Desenvolvimento Econômico e Social (SGDES));
- Representante da Secretaria de Turismo;
- Representante da Secretaria de Educação;
- Representante da Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial;
- Representante da Assembleia Legislativa;
- Representante dos Municípios;
- Representante das Universidades Estaduais.

Sociedade Civil (9 membros):

- 3 representantes de Organizações de Classe da Sociedade Civil (SIAPAR, AVEC, SATED);
- Representante do Conselho Estadual de Cultura (cadeira do Audiovisual);
- 1 representante do Ensino e Pesquisa Audiovisual;
- 1 representante do movimento de cineclubes;
- 1 representante de distribuidores/exibidores;
- 1 representante de movimentos sociais;
- 1 representante de grupos de diversidade.

Atribuições estratégicas:

- **Deliberativas:** aprovação de planos, diretrizes e recursos;
- **Normativas:** regulamentação de instrumentos de fomento;
- **Fiscalizadoras:** acompanhamento da execução da política;
- **Propositivas:** sugestão de aprimoramentos e inovações.

Metodologia de trabalho:

- **Reuniões ordinárias:** quadrimestrais, com pauta pública;
- **Reuniões extraordinárias:** conforme demanda;
- **Câmaras técnicas:** grupos especializados por tema;
- **Audiências públicas:** consulta à sociedade civil.

O Conselho terá mandato bienal e funcionará com regimento próprio, devendo publicar periodicamente relatórios de acompanhamento e avaliações de impacto das políticas audiovisuais, de modo a assegurar transparência, participação e accountability.

3.4.2 Comitê de Articulação Interinstitucional

Integra ainda o modelo proposto a criação do Comitê de Articulação Interinstitucional, de natureza estritamente operacional, formado por membros das equipes técnicas da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) e da Paraná Filmes. Sua função será assegurar o alinhamento tático e a execução coordenada de ações conjuntas ou complementares, como editais compartilhados, programas de capacitação integrados, ações de internacionalização e a gestão de projetos transversais.

Composição técnica (6 membros):

- 3 representantes técnicos da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC);
- 3 representantes técnicos da Paraná Filmes, sendo 1 representante da PrFilm Commission.

Atribuições operacionais:

- **Coordenação:** promover o alinhamento entre as duas institucionalidades;
- **Planejamento:** elaborar planos operacionais anuais;
- **Monitoramento:** acompanhar indicadores de desempenho e metas conjuntas;
- **Resolução:** mediar conflitos e prevenir sobreposições de funções.

Metodologia de trabalho:

- **Reuniões bimestrais:** coordenação e acompanhamento operacional das ações conjuntas;
- **Relatórios quadrimestrais:** prestação de contas e comunicação sistemática ao Conselho do Audiovisual Paranaense;
- **Planejamento anual:** elaboração participativa de planos integrados de ação;
- **Avaliação semestral:** análise de resultados, identificação de gargalos e proposição de ajustes estratégicos.

Ao consolidar uma rotina institucional de cooperação técnica e de prestação de contas, o Comitê de Articulação Interinstitucional traduz em prática o princípio de governança colaborativa, garantindo eficiência, transparência e coerência na execução da política audiovisual dual.

3.5 Diagrama da Governança proposta:

Integra ainda o modelo proposto a criação do Comitê de Articulação Interinstitucional, de natureza estritamente operacional, formado por membros das equipes técnicas da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) e da Paraná Filmes. Sua função será assegurar o alinhamento tático e a execução coordenada de ações conjuntas ou complementares, como editais compartilhados, programas de capacitação integrados, ações de internacionalização e a gestão de projetos transversais.



4. Diretriz Estratégica: Integração e inclusão dos municípios

O desenvolvimento audiovisual deve partir das especificidades e potencialidades locais, reconhecendo que cada município possui dinâmicas, vocações e necessidades próprias, as quais exigem abordagens diferenciadas e flexíveis.

A política pública para o cinema e o audiovisual do Paraná deve, portanto, seguir a orientação adotada pela Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) no que diz respeito à **descentralização das políticas culturais** e ao **fortalecimento dos Sistemas Municipais de Cultura (SMC)**, em consonância com o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Essa abordagem garante que o desenvolvimento do setor audiovisual seja simultaneamente regionalizado, inclusivo e sustentável.

Parâmetros de atuação e integração municipal:

- **Apoio e fortalecimento municipal:** a SEEC atua diretamente com os municípios, oferecendo Fascículos de Gestão do Sistema de Cultura, programas de formação e assessoria técnica, promovendo a integração entre Estado e municípios. O foco é a implementação e o aprimoramento das políticas culturais locais, de modo a gerar ações mais eficazes e inclusivas em todo o território paranaense.
- **Descentralização:** a estratégia de descentralização visa promover o acesso à cultura e ao audiovisual em todas as regiões do Estado, ampliando a participação de municípios historicamente à margem dos circuitos de financiamento e difusão.
- **Núcleos Regionais de Cultura (NRCs):** constituem uma das principais ferramentas de descentralização e integração territorial, atuando como pontos de apoio técnico e institucional às políticas culturais regionais. Os NRCs fortalecem o diálogo e a articulação entre os agentes locais, promovendo a democratização das políticas culturais no interior.

Em relação aos editais, há diretrizes que visam a descentralização dos recursos:

- **Cota para o interior:** a SEEC adota mecanismos de equidade territorial na distribuição dos recursos. Em editais recentes, como o da Lei Paulo Gustavo, pelo menos 50% do montante total foi destinado a projetos de agentes culturais de municípios fora de Curitiba, priorizando artistas e produtores com atuação no interior do Estado.
- **PROFICE:** o Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE) também contribui para a descentralização ao categorizar os projetos segundo região de proponente e região de execução, incentivando a circulação e a regionalização das ações culturais e audiovisuais em todo o Paraná.

Além disso, a SEEC organiza sua atuação por meio de macrorregiões culturais, estratégia que amplia o acesso e garante uma distribuição territorial mais equilibrada das políticas, fortalecendo a participação descentralizada e o planejamento regionalizado.

Base normativa e alinhamento estratégico

A diretriz de participação e integração dos municípios na política pública de cultura do Paraná tem respaldo jurídico e programático em:

- **O Plano Estadual de Cultura**, que define metas e estratégias de descentralização;
- **A Lei do Sistema Estadual de Cultura**, que estabelece princípios como a participação social e o reconhecimento das especificidades histórico-culturais regionais;
- a legislação federal do **Sistema Nacional de Cultura (SNC)**, que prevê a estruturação de sistemas de cultura em todas as esferas de governo;
- **O Plano Plurianual (PPA) 2024–2027**, que tem entre seus objetivos fortalecer os sistemas municipais de cultura e ampliar o acesso às atividades culturais em todas as regiões do Estado.

Essa diretriz reafirma a visão de gestão compartilhada e participativa proposta por Rubim (2015), segundo a qual a descentralização cultural deve combinar equidade territorial, cooperação institucional e corresponsabilidade entre Estado e municípios.

5. Arquitetura de Política Pública: Cinco Eixos Estratégicos

A política audiovisual do Paraná deve ser estruturada sobre uma base sólida, capaz de contemplar todo o ciclo de vida da atividade, desde a investigação científica e criativa até a sua preservação de sua memória para as futuras gerações.

Inspirada na análise da cadeia de valor proposta por Michael Porter (1985), e reinterpretada no contexto brasileiro por Ana Carla Fonseca Reis (2012) e Paulo Miguez (2012) ao tratarem da economia criativa, e na teoria dos sistemas setoriais de inovação de Franco Malerba (2002), desenvolvida em diálogo com os estudos de Alessandra Meleiro (2007) e Arthur Autran (2013) sobre a indústria cinematográfica, a arquitetura do PROAV-PR se desdobra em cinco eixos estratégicos interdependentes e complementares: Pesquisa, Formação, Produção, Difusão e Preservação.

5.1 Eixo 1: Pesquisa

5.1.1 Descrição geral

O eixo Pesquisa propõe compreender o audiovisual paranaense como um campo vivo de conhecimento, situado entre a memória e a experimentação. Seu objetivo é fortalecer a produção, a sistematização e a difusão de conhecimento sobre o audiovisual no Paraná, promovendo a investigação, o registro e a análise crítica de suas histórias, linguagens, autores, práticas e contextos de criação.

Esse eixo abrange tanto os estudos históricos e estéticos sobre cinema e audiovisual quanto as pesquisas aplicadas voltadas ao mercado, ao público e às novas tecnologias. Envolve o

apoio ao mapeamento de acervos e dados, à elaboração de diagnósticos regionais, à produção acadêmica e técnica e ao incentivo à inovação metodológica e tecnológica voltada ao fortalecimento do ecossistema audiovisual.

5.1.2 Objetivos específicos

- Promover a produção de conhecimento sobre o audiovisual paranaense;
- Incentivar pesquisas históricas, estéticas e aplicadas;
- Mapear acervos, dados e indicadores do setor;
- Desenvolver estudos sobre mercado, público e novas tecnologias;
- Estimular a inovação metodológica e tecnológica no campo audiovisual.

5.1.3 Divisão institucional

Secretaria de Estado da Cultura: foco em pesquisa cultural e simbólica, incluindo estudos de recepção, mapeamento da diversidade, investigações sobre o impacto cultural e patrimonial do audiovisual, e valorização do patrimônio material e imaterial do cinema paranaense.

Paraná Filmes: foco em pesquisa de mercado e inteligência econômica, com ênfase em competitividade, mapeamento do ecossistema audiovisual, análise de tendências tecnológicas e de consumo, e produção de dados estratégicos para o desenvolvimento industrial do setor.

Essa divisão reflete a lógica da institucionalidade dual, em que a SEEC atua como polo de conhecimento cultural e patrimonial, enquanto a Paraná Filmes consolida a dimensão econômica e prospectiva da política pública.

5.2 Eixo 2: Formação e qualificação profissional

5.2.1 Descrição geral

O eixo Formação tem como objetivo apoiar a formação de novos talentos e o aperfeiçoamento técnico, criativo e gerencial de profissionais do audiovisual, desenvolvendo competências específicas para as diversas etapas da cadeia produtiva. Trata-se de um eixo essencial para o fortalecimento do capital humano, promovendo a integração entre educação, qualificação e prática profissional em todos os níveis de ensino e atuação.

O talento e o conhecimento constituem os principais ativos da economia criativa contemporânea, e o desenvolvimento de competências técnicas e criativas é condição para que o setor audiovisual se torne competitivo e sustentável. Portanto, este eixo busca garantir a formação de profissionais qualificados desde o nível técnico até a gestão de alto nível, articulando as dimensões artística, tecnológica e empresarial.

As ações incluem o apoio a escolas, cursos técnicos, universidades e centros de formação; a criação de programas regionalizados de capacitação contínua; e a articulação com a Secretaria de Estado da Educação para inserir a linguagem audiovisual nas séries iniciais, promovendo desde cedo a alfabetização midiática e o pensamento crítico.

5.2.2 Objetivos específicos

- Formar e qualificar profissionais do audiovisual em todas as áreas da cadeia produtiva;
- Estimular a formação técnica, artística e gerencial;
- Integrar educação formal e profissional com a prática audiovisual;
- Criar programas regionais de capacitação contínua;
- Estimular a formação de público e a alfabetização audiovisual nas escolas.

5.2.3 Divisão institucional

Secretaria de Estado da Cultura: foco na formação artística e cultural (roteiro, direção, fotografia, crítica cinematográfica, entre outros); na educação audiovisual nas escolas; na formação de mediadores culturais; e na capacitação em preservação cinematográfica e audiovisual.

Paraná Filmes: foco na preparação de profissionais para atuar nos segmentos produtivos, técnicos e institucionais do setor audiovisual, por meio de formação e atualização técnica profissional continuada; capacitação em novas tecnologias; formação empresarial e de gestão; e treinamentos voltados às film commissions municipais.

Essa divisão reflete a complementaridade entre formação simbólica e formação produtiva: enquanto a SEEC atua na base educativa e cultural, a Paraná Filmes potencializa a profissionalização e a competitividade, formando um sistema integrado de desenvolvimento de talentos.

5.3. Eixo 3: Produção e desenvolvimento de conteúdo

5.3.1 Descrição geral

O eixo Produção constitui o núcleo central do ecossistema audiovisual e representa o principal vetor de geração de trabalho, renda e dinamismo econômico do setor. Seu objetivo é fortalecer, diversificar e ampliar a produção audiovisual paranaense, contemplando desde iniciativas independentes e autorais até grandes produções comerciais, estimulando a pluralidade estética, temática e territorial.

Este eixo propõe uma visão sistêmica da produção, onde o audiovisual é compreendido como cadeia de valor interdependente, em que o fortalecimento de cada elo (criação, produção, pós-produção, distribuição e exibição) potencializa o conjunto do setor.

A consolidação desse eixo requer políticas públicas que diversifiquem os mecanismos de apoio, adequando instrumentos de fomento a diferentes perfis de realizadores, formatos e estágios de desenvolvimento — do roteiro à finalização.

5.3.2 Objetivos específicos

- Aumentar o volume e a qualidade da produção audiovisual paranaense;
- Diversificar formatos, gêneros e linguagens audiovisuais;

- Fortalecer a infraestrutura técnica e criativa de produção;
- Atrair produções nacionais e internacionais;
- Promover coproduções e parcerias estratégicas.

5.3.3 Divisão institucional

Secretaria de Estado da Cultura: atua na produção cultural e experimental, apoiando pessoas físicas, coletivos e organizações sem fins lucrativos, além de primeiros projetos para pessoas jurídicas com fins lucrativos. Suas ações priorizam projetos que expressem diversidade, inclusão e a dimensão simbólica do audiovisual, abrangendo primeiros filmes, documentários, curtas-metragens, obras experimentais, cinema indígena e comunitário, além de projetos de jogos eletrônicos (games) e novas mídias educativos. Enfatiza produções que exploram a identidade, a memória e o patrimônio material e imaterial paranaense.

Paraná Filmes: foca no fortalecimento da cadeia produtiva de perfil econômico e de mercado, apoiando empresas do setor audiovisual e fomentando a infraestrutura produtiva. Atua em projetos com potencial de retorno e difusão ampliada, como longas-metragens de ficção, séries para TV e streaming, coproduções nacionais e internacionais, além de produções de jogos eletrônicos (games) e novas mídias voltadas à inovação e à competitividade global.

Essa divisão reafirma a lógica da institucionalidade dual, em que a SEEC consolida o eixo simbólico e a Paraná Filmes opera o eixo econômico, garantindo equilíbrio entre expressão cultural, inovação industrial e desenvolvimento territorial.

5.4 Eixo 4: Difusão (distribuição e exibição)

5.4.1 Descrição geral

O eixo Difusão compreende a distribuição e a exibição como etapas estratégicas e complementares do ciclo audiovisual. Seu objetivo é garantir que a produção alcance o público, gerando resultados econômicos, culturais e simbólicos. Trata-se de um eixo voltado à ampliação e diversificação dos canais de acesso, assegurando que a população paranaense tenha maior contato com o audiovisual produzido no estado e expandindo a presença dessas obras em diferentes plataformas, territórios e contextos sociais.

A democratização do acesso aos bens culturais é condição fundamental para que a política pública se traduza em cidadania cultural. No campo do audiovisual, isso implica fortalecer tanto os circuitos alternativos de exibição e mediação cultural quanto os circuitos comerciais e digitais, promovendo uma circulação ampla, diversa e sustentável.

Isso inclui o fortalecimento do circuito exibidor local (salas, cineclubes, mostras, festivais e plataformas digitais), a promoção da circulação das obras paranaenses e o estímulo à criação de novos modelos de distribuição que integrem o mercado tradicional e os meios digitais.

Assim, o eixo Difusão assume uma função estratégica na política audiovisual: transformar o produto cultural em experiência social, consolidando o audiovisual como um bem público e como setor econômico dinâmico.

5.4.2 Objetivos específicos

- Ampliar o acesso da população ao audiovisual paranaense;
- Diversificar canais e formatos de distribuição e exibição;
- Fortalecer o circuito exibidor local e regional;
- Promover a circulação de obras paranaenses em diferentes janelas;
- Desenvolver novos modelos de distribuição híbrida e digital.

5.4.3 Divisão institucional

Secretaria de Estado da Cultura: Foco na democratização do acesso, na formação de público e na valorização do audiovisual como bem cultural e instrumento de cidadania. Suas atribuições incluem o fortalecimento dos circuitos alternativos de exibição (cineclubes, espaços comunitários e centros culturais) e o apoio à criação e manutenção de uma rede estadual de cineclubes. A SEEC também será responsável pela consolidação de uma plataforma pública de streaming de acesso gratuito, pela articulação com a Secretaria de Educação para promover exibições educativas e formativas e pelo estímulo a políticas de mediação cultural e crítica audiovisual, fundamentais à formação cidadã.

Paraná Filmes: foco na consolidação de mercados e no desenvolvimento da cadeia de distribuição e exibição, com ações voltadas ao apoio a distribuidoras, agregadoras e exibidoras, à criação de catálogos e plataformas de distribuição, e à participação em feiras e mercados nacionais e internacionais. A instituição também atuará na modernização de salas, no apoio à gestão profissional e na implementação de uma “cota paranaense” de exibição.

5.5 Eixo 5: Preservação audiovisual

5.5.1 Descrição geral

O audiovisual constitui documento histórico e patrimônio cultural vivo. Este eixo assegura que a produção audiovisual do Paraná seja preservada, restaurada e disponibilizada às gerações presentes e futuras, enfrentando os desafios da deterioração física dos suportes e da obsolescência tecnológica.

Propõe-se uma política integrada de preservação, que una conservação física e digital, com padrões internacionais de arquivo, metadados e cadeia de custódia, articulando uma rede distribuída de parceiros (instituições públicas e privadas, universidades, produtores e acervos privados) para identificar, documentar, digitalizar, restaurar e garantir o acesso democrático ao patrimônio audiovisual paranaense.

Este eixo entende a preservação não apenas como ação técnica, mas como estratégia de fortalecimento da identidade cultural e da soberania informacional do Estado. Dialoga também com reflexões de Alessandra Meleiro (2010) sobre a fragilidade da memória cinematográfica brasileira e de Antonio Albino Canelas Rubim (2015) sobre a necessidade de institucionalização permanente das políticas culturais.

5.5.2 Objetivos específicos

- Preservar e restaurar o patrimônio audiovisual paranaense segundo padrões técnicos reconhecidos;
- Fomentar a digitalização de acervos históricos e coleções em risco, buscando assegurar metadados e autenticidade;
- Garantir acesso público e educativo aos acervos por meio de arquivo digital integrado à plataforma estadual de streaming;
- Implantar políticas de preservação preventiva, abrangendo ambientes controlados, protocolos de segurança, rotinas de backup e migração tecnológica periódica;
- Apoiar a formação e qualificação de profissionais em preservação, conservação, catalogação e gestão de acervos cinematográficos e audiovisuais.

5.5.3 Divisão institucional

Secretaria de Estado da Cultura: é a principal responsável pela dimensão pública e patrimonial da preservação audiovisual. Compete à SEEC garantir a conservação física e digital dos acervos, a documentação e catalogação das obras e de seus materiais e o armazenamento seguro de matrizes analógicas e digitais. Cabe-lhe ainda coordenar ações de digitalização, restauração e conservação preventiva de acervos públicos e privados, assegurando padrões técnicos e metadados compatíveis com normas internacionais. A Secretaria promoverá o acesso público e educativo aos acervos, estimulando sua difusão em ambientes digitais e a integração com instituições culturais, arquivos, produtores e universidades.

Paraná Filmes: atuará na dimensão econômica e estratégica da preservação, com foco na sustentabilidade da cadeia produtiva e na valorização de obras com potencial comercial e histórico. Suas ações incluirão o incentivo à adoção de práticas de preservação digital nativa (born-digital preservation) em produções contemporâneas, o apoio à remasterização de catálogos e o estímulo a estratégias de mercado, licenciamento e reexibição de obras restauradas. A instituição fomentará ainda a criação de catálogos e agregadores integrados, articulando-se com a SEEC para ampliar a circulação das obras preservadas em circuitos comerciais, culturais e educativos, transformando o patrimônio audiovisual em um ativo vivo de memória e desenvolvimento.

6. Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA)

O Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA) constitui o principal mecanismo de financiamento estruturante da política pública para o cinema e o audiovisual no Estado do Paraná. Seu objetivo é assegurar fontes estáveis, diversificadas e sustentáveis de recursos, capazes de garantir continuidade às ações, previsibilidade orçamentária e autonomia de planejamento do setor.

Inspirado em experiências bem-sucedidas, o FPA será instituído por lei estadual específica, com natureza contábil e financeira, patrimônio próprio e vinculação administrativa à

Secretaria de Estado da Cultura (SEEC). Essa estrutura assegura a combinação entre a dimensão simbólica e cultural coordenada pela SEEC e a dimensão técnica e produtiva executada pela Paraná Filmes, garantindo governança pública, transparência e eficiência operacional.

6.1 Natureza e finalidades

O Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA) será um fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), responsável por sua gestão estratégica, normativa e administrativa.

A execução técnica e financeira das ações, programas e editais do FPA será realizada pela Paraná Filmes, designada como unidade executora, com autonomia operacional e contábil limitada à execução orçamentária do Fundo, observando as diretrizes e deliberações da SEEC e do Conselho do Audiovisual Paranaense.

O FPA será destinado a:

- financiar projetos, programas e ações previstos nesta política;
- garantir a execução de editais públicos, linhas de fomento e programas de crédito;
- apoiar iniciativas estruturantes de formação, produção, difusão, preservação e inovação;
- constituir reservas técnicas e fundos rotativos para manutenção de fluxos permanentes de investimento.

6.2 Fontes de Receita

O FPA poderá ser alimentado por diversas fontes, de natureza pública e privada, incluindo:

a) Recursos do Tesouro Estadual, consignados no orçamento anual da SEEC e da Paraná Filmes;

b) Transferências de outros fundos públicos, em regime fundo a fundo, como o **Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)**, o **Fundo Nacional de Cultura (FNC)**, **outros fundos federais e estaduais e fundos municipais de cultura**;

c) Recursos de renúncia fiscal, quando previstos em legislação específica de incentivo à cultura ou ao audiovisual;

d) Emendas parlamentares estaduais e federais, convênios e cooperações técnicas;

e) Doações, legados e patrocínios, nacionais e internacionais;

f) Receitas próprias da Paraná Filmes, provenientes de exibição, distribuição, licenciamento e prestação de serviços;

g) Rendimentos financeiros obtidos por aplicações de seus recursos.

6.3 Gestão e Governança

A gestão do Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA) observará o princípio da governança compartilhada, assegurando a articulação entre a dimensão cultural, de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), e a dimensão econômica e operacional, executada pela Paraná Filmes.

Caberá à SEEC a coordenação estratégica e administrativa do Fundo, incluindo a definição de diretrizes gerais, a articulação com o Sistema Estadual de Cultura e a supervisão das políticas de fomento e dos resultados alcançados.

Caberá à Paraná Filmes, na condição de unidade executora, a execução técnica e financeira das ações, programas e editais vinculados ao FPA, bem como a gestão operacional das linhas de investimento, crédito e coprodução, observadas as deliberações da SEEC e do Conselho do Audiovisual Paranaense (CAP).

As diretrizes de aplicação dos recursos e os planos anuais de investimento serão deliberados pelo Conselho do Audiovisual Paranaense (CAP), que atuará também como Conselho Gestor do Fundo, garantindo transparência, participação e controle social sobre todas as etapas de planejamento e execução.

6.4 Instrumentos de aplicação

Os recursos do FPA poderão ser aplicados por meio de diferentes instrumentos, de acordo com a natureza das ações e as competências institucionais da SEEC e da Paraná Filmes, incluindo:

- editais públicos de fomento direto, prêmios, bolsas e residências artísticas;
- fundos rotativos e linhas de crédito voltadas à infraestrutura, inovação e sustentabilidade de empresas, produtoras e coletivos audiovisuais;
- programas de apoio continuado a espaços de formação, exibição e preservação;
- investimentos reembolsáveis e coproduções, realizados em parceria com a Paraná Filmes;
- acordos de cooperação e transferências fundo a fundo para fundos municipais e regionais de cultura.

6.5 Princípios de Aplicação

A política de funcionamento do FPA obedecerá aos seguintes princípios:

- **diversificação de fontes** e sustentabilidade financeira;
- **equidade territorial** e tratamento diferenciado de agentes e regiões;
- **transparência, participação e controle social**;
- **integração federativa e intersetorial**;
- **continuidade, previsibilidade e eficiência** dos mecanismos de fomento.

7. Fomento e Financiamento: Um Portifólio Diversificado

O desenvolvimento do cinema e do audiovisual paranaense depende de uma política de fomento ampla, plural e inclusiva, capaz de responder à diversidade de agentes, formatos e escalas de produção que compõem o setor. Projetos distintos, em perfil (realizadores e temáticas), linguagem, público e território, demandam instrumentos de apoio igualmente diferenciados, construídos a partir de uma lógica de equidade e complementaridade. Os diferentes precisam ser tratados de forma diferente.

Com a criação do Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA), o Estado passa a dispor de uma estrutura permanente para viabilizar esses instrumentos, consolidando uma base estável e contínua de financiamento. O FPA, contudo, não se esgota em si mesmo: ele integra e articula um portfólio diversificado de mecanismos, que combinam fomento direto, crédito, incentivos fiscais e modelos inovadores de investimento.

A sustentabilidade da economia criativa exige que o financiamento público considere a complexidade da cadeia produtiva, equilibrando estímulos culturais e econômicos. Assim, uma política eficiente deve articular recursos do FPA, incentivos fiscais, crédito subsidiado e mecanismos digitais de financiamento, garantindo vitalidade tanto para a criação autoral quanto para a produção de escala.

O sucesso da política audiovisual do Paraná dependerá, portanto, da ampliação e diversificação dos instrumentos de financiamento, ajustando modalidades e critérios às especificidades dos cinco eixos estratégicos: Pesquisa, Formação, Produção, Difusão e Preservação. Essa diversificação assegura que todos os elos do ecossistema tenham acesso a instrumentos adequados às suas realidades, promovendo equidade de oportunidades e fortalecimento estrutural do setor.

Nesse sentido, o PROAV-PR propõe a criação de um ecossistema híbrido e complementar de financiamento, combinando:

- Fomento direto e editais temáticos, voltados às dimensões simbólica e econômica do audiovisual;
- Incentivos fiscais, articulados a legislações existentes e a futuras leis específicas do audiovisual;
- Crédito subsidiado e fundos rotativos, operados em parceria com bancos públicos e cooperativas de crédito regionais;
- Mecanismos digitais de financiamento coletivo, como match-funding e plataformas públicas de coprodução.

A gestão compartilhada entre a Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) e a Paraná Filmes assegurará especialização e complementaridade: a SEEC concentrará o fomento simbólico, experimental e territorializado, enquanto a Paraná Filmes operará os instrumentos voltados à competitividade e à sustentabilidade de mercado.

Critérios de equidade e tratamento diferenciado

O sistema de fomento adotará critérios de equidade que reconheçam as especificidades e necessidades distintas dos diversos agentes do setor:

Territorial: pontuação adicional ou definição de cotas para projetos realizados no interior; editais específicos para regiões com menor desenvolvimento audiovisual.

Porte do proponente: linhas específicas para diferentes perfis de porte de proponente; níveis distintos de complexidade de critérios para os projetos de acordo com os perfis de proponente.

Diversidade: cotas e editais temáticos voltados à representatividade étnico-racial, de gênero e territorial; apoio diferenciado para comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas; incentivo à diversidade de narrativas, sotaques e identidades visuais.

Linguagem e formato: linhas específicas para documentários, animações, experimentais e novas mídias; apoio diferenciado para formatos educativo e transmídia; fomento à inovação estética e tecnológica.

Experiência e trajetória: editais destinados a primeiras obras e jovens realizadores; programas de mentoria e acompanhamento criativo, nas diversas etapas do ciclo audiovisual, visando a qualificação de processos e projetos; patamares progressivos de apoio, conforme o desenvolvimento profissional e histórico do proponente.

7.1 Fomento Direto com recursos do Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA)

A destinação de recursos orçamentários anuais e estáveis para o audiovisual, é condição essencial para garantir a continuidade das ações e a previsibilidade do setor.

O fomento direto constitui o instrumento mais democrático e estruturante da política pública para o audiovisual, permitindo atender tanto à diversidade de agentes quanto à amplitude temática dos cinco eixos estratégicos (pesquisa, formação, produção, difusão e preservação).

A destinação de recursos orçamentários anuais e estáveis do FPA é condição essencial para garantir a continuidade das ações e a previsibilidade do setor. O fomento direto representa o elo entre a política cultural e o desenvolvimento econômico, assegurando equilíbrio entre as dimensões simbólica e econômica do audiovisual paranaense.

Calendário permanente de Editais

É fundamental a existência de um calendário periódico de editais, que assegure fluxo contínuo de oportunidades de fomento ao longo do ano. Essa regularidade cria estabilidade para o planejamento dos agentes culturais e produtivos, reduz a sazonalidade dos investimentos e promove a sustentabilidade do ecossistema audiovisual. O calendário de editais deverá contemplar os cinco eixos estratégicos da política, garantindo que cada eixo receba apoio compatível com suas especificidades e demandas.

Editais para projetos de interesse público e cultural

O fomento direto também deve contemplar projetos e temas de interesse público e cultural, que, embora não atraiam necessariamente o mercado, são estratégicos sob a perspectiva simbólica, educativa, territorial e social. Esses editais têm papel essencial para o equilíbrio da política pública, assegurando a diversidade de linguagens, a inclusão de novos realizadores e a representação plural do Paraná no campo audiovisual.

Deverão contemplar grupos historicamente sub-representados, incluindo mulheres, pessoas negras, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, populações LGBTQIAPN+, comunidades rurais e periféricas, além de incentivar a produção em regiões com menor acesso a recursos. A adoção de critérios afirmativos e cotas de participação contribuirá para corrigir desigualdades estruturais e democratizar o acesso aos meios de criação, produção e difusão.

Assim, os editais de interesse público e cultural funcionarão como instrumentos de equidade e representatividade, garantindo que o audiovisual paranaense expresse toda a sua diversidade de vozes, identidades e territórios.

Gestão compartilhada dos editais

A gestão dos editais de fomento direto, orientada pelos princípios de diversidade, inclusão e territorialidade, será compartilhada entre a SEEC e a Paraná Filmes, conforme a natureza dos proponentes e dos projetos:

- Secretaria de Estado da Cultura (SEEC): responsável por editais voltados a pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos, bem como a pessoas jurídicas com fins lucrativos nos casos de primeiros filmes e projetos de iniciação audiovisual, com foco em pesquisa, formação, preservação, cineclubes, inovação cultural, obras experimentais ou iniciais e projetos de impacto educativo, social e inclusivo. Esses editais deverão adotar critérios afirmativos e mecanismos de equidade territorial, promovendo a participação de grupos historicamente sub-representados e a descentralização das oportunidades de fomento.
- Paraná Filmes: responsável por editais voltados a pessoas jurídicas com fins lucrativos, priorizando desenvolvimento de roteiros, produção de longas e séries, games, novas mídias e outras iniciativas com potencial de mercado e sustentabilidade econômica.

Esse modelo dual, operado no âmbito do Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA), garante que o fomento direto atenda simultaneamente às dimensões simbólica e econômica do cinema e do audiovisual, assegurando a complementaridade das ações e o equilíbrio entre expressão cultural, inclusão social e desenvolvimento produtivo.

7.2 Bolsas para pesquisa e desenvolvimento

As Bolsas para Pesquisa e Desenvolvimento constituem um instrumento essencial da política audiovisual do Paraná, voltado à geração de conhecimento, formação de talentos e qualificação de projetos em suas etapas iniciais. Essas bolsas visam apoiar tanto a produção acadêmica e científica quanto o desenvolvimento criativo e técnico de novos projetos audiovisuais, incluindo roteiros, conceitos de games, pilotos de séries, experimentações em novas mídias, entre outras ações que se enquadrem neste conceito.

Serão financiadas com recursos do Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA) e geridas conjuntamente pela Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) e pela Paraná Filmes, de acordo com as naturezas e objetivos das propostas:

- Secretaria de Estado da Cultura (SEEC): responsável pelas bolsas de pesquisa e estudo vinculadas a programas de formação, preservação, crítica, história e políticas do audiovisual, incluindo bolsas para mestrado, doutorado, iniciação científica e estudos aplicados;
- Paraná Filmes: responsável pelas bolsas de desenvolvimento de projetos criativos e de inovação, voltadas a roteiros, pilotos de séries, games, narrativas interativas e protótipos de novas mídias, priorizando o fortalecimento da etapa de desenvolvimento e planejamento das produções, com vista a qualificação de produtos e projetos.

Serão lançados editais anuais, com critérios específicos para cada modalidade, assegurando equilíbrio regional, diversidade de perfis e transparência na seleção.

Esse instrumento é vital para o fortalecimento da base de conhecimento do setor, a criação de um portfólio de projetos qualificados e a alimentação de futuras rodadas de produção e inovação, conectando a pesquisa e o desenvolvimento à política de fomento e às estratégias de competitividade do audiovisual paranaense.

7.3 Fomento estrutural e continuado

O fomento estrutural e continuado destina-se ao apoio à manutenção de espaços, estruturas e atividades permanentes que desempenham papel estratégico na consolidação do ecossistema audiovisual paranaense. Diferentemente dos editais de fomento direto, voltados ao financiamento de projetos com prazo determinado, este mecanismo busca oferecer suporte estável e com maior duração a iniciativas de base comunitária, educativa e produtiva, garantindo continuidade, territorialidade e impacto social de médio e longo prazo.

Os recursos para o fomento estrutural e continuado serão provenientes do Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA) e poderão ser geridos de forma compartilhada entre a SEEC e a Paraná Filmes, conforme o perfil e a finalidade das iniciativas apoiadas.

Entre os formatos que poderão ser contemplados, destacam-se:

- cineclubes, salas de exibição de rua e redes de exibição comunitária;
- escolas e hubs de formação audiovisual;
- laboratórios de pesquisa, preservação e inovação tecnológica;
- estúdios comunitários e polos regionais de produção;
- hubs de produção e inovação audiovisual, jogos eletrônicos (games) e novas mídias.

O modelo se fundamenta nos princípios da economia solidária (SINGER, 2002), adaptados ao campo do cinema e do audiovisual, promovendo a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade social e econômica como bases de uma política de desenvolvimento territorial e participativo.

Componentes do modelo:

- Apoio à criação: kit básico inicial, capacitação técnica e acompanhamento de gestão;
- Banco de equipamentos: iniciativas com política de empréstimo facilitado de projetores, câmeras e equipamentos técnicos, de forma cooperativa e regionalizada— modelo inspirado nos Núcleos de Produção Digital (NPDs), política da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura;
- Manutenção continuada: apoio financeiro mensal ou periódico, condicionado à realização de contrapartidas sociais e educativas;
- Programação cultural: acesso gratuito ou subsidiado a obras paranaenses, fortalecendo o circuito local de difusão e fruição audiovisual.

Gestão Institucional

O fomento estrutural e continuado poderá ser operado de forma complementar pela SEEC e pela Paraná Filmes, respeitando suas atribuições institucionais:

- Secretaria de Estado da Cultura (SEEC): responsável pelo apoio a espaços de caráter cultural, educativo e comunitário, voltados à formação de público, inclusão sociocultural e preservação da memória audiovisual;
- Paraná Filmes: responsável pelo apoio a estruturas produtivas e empreendedoras, como estúdios, polos regionais e hubs de produção e inovação audiovisual, voltados ao desenvolvimento técnico, criativo e econômico do setor.

Esse tipo de fomento representa um avanço significativo na política pública, ao reconhecer que a sustentabilidade do audiovisual não depende apenas de projetos isolados, mas de ecossistemas permanentes de criação, exibição, formação e inovação, capazes de articular economia, cultura e cidadania em escala regional e estadual.

7.4 Financiamento e investimento

O financiamento e o investimento constituem instrumentos complementares de fortalecimento do setor audiovisual, voltados ao crescimento produtivo, à modernização tecnológica e à sustentabilidade econômica das empresas e empreendedores criativos do Paraná.

Esses instrumentos serão operados pela Paraná Filmes, com recursos do Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA) e/ou em parceria com instituições financeiras públicas, especialmente o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a Fomento Paraná, integrando a política estadual de fomento ao desenvolvimento econômico e criativo.

a) Financiamento subsidiado (Crédito):

Em parceria com o BRDE e/ou com a Fomento Paraná, a Paraná Filmes poderá estruturar linhas de crédito com juros reduzidos e condições especiais para o setor audiovisual.

O objetivo é financiar:

- a modernização e expansão de empresas do setor;
- a aquisição de equipamentos e tecnologias de produção;
- a implantação e modernização de estúdios e laboratórios;
- a inovação tecnológica e digitalização de processos;
- a adequação e revitalização de salas de exibição e espaços culturais.

Essas linhas poderão contar com fundos garantidores e mecanismos de equalização de juros providos pelo FPA, ampliando o acesso ao crédito para pequenos e médios empreendedores do audiovisual.

b) Linhas de crédito especializadas:

Poderão ser criadas linhas de crédito específicas para o setor audiovisual, em parceria com a Fomento Paraná, adaptadas à diversidade de perfis de produtores e negócios criativos.

Entre as modalidades previstas:

- Capital de giro para empresas e produtoras audiovisuais;
- Financiamento de equipamentos, infraestrutura e estúdios;
- Crédito para participação em festivais, feiras e mercados interenacionais;
- Microcrédito orientado para produtores independentes, coletivos criativos e empreendedores iniciantes.

Essas linhas terão critérios de acesso diferenciados, estimulando a formalização de micro e pequenas empresas culturais, o fortalecimento de arranjos produtivos locais e a integração de novos agentes na cadeia produtiva audiovisual.

c) Investimentos reembolsáveis e coproduções

Além do crédito subsidiado, o FPA poderá apoiar investimentos reembolsáveis e modelos de coprodução, operados pela Paraná Filmes, com foco em projetos de alto potencial de difusão, retorno econômico e projeção nacional e internacional.

Esses investimentos poderão ocorrer na forma de participação financeira temporária em obras, catálogos ou ativos audiovisuais, observadas as normas de retorno e reinvestimento dos recursos no próprio Fundo.

d) Crédito-Ponte para execução antecipada

O Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA) poderá instituir, em parceria com instituições financeiras públicas, linhas de crédito-ponte destinadas a produtores e empresas contempladas em editais operados pela Paraná Filmes, com o objetivo de garantir a execução regular dos projetos contratados antes do recebimento da primeira parcela de fomento.

Essa modalidade se aplica, exclusivamente, a editais que prevejam pagamentos condicionados à validação por entregas e resultados medidos, inspirados no modelo de medições de contratos de obra pública e inovação tecnológica. (ver7.7)

As linhas de crédito permitirão o adiantamento de até 50% do valor previsto para a primeira parcela contratual, tendo como garantia o contrato de fomento celebrado com a Paraná Filmes.

O risco financeiro será mitigado por meio de fundos garantidores vinculados ao FPA, assegurando que o proponente disponha de capital de giro inicial sem comprometer a execução técnica do projeto.

Essa modalidade de crédito busca fortalecer a capacidade de execução imediata dos projetos e reduzir desigualdades entre produtores de diferentes portes, especialmente aqueles de menor capitalização.

Essa modalidade de crédito busca fortalecer a capacidade de execução imediata dos projetos e reduzir desigualdades entre produtores de diferentes portes, especialmente os de menor capitalização.

7.5 Prêmio-Estímulo

O Prêmio-Estímulo constitui uma modalidade de fomento voltada ao reconhecimento de iniciativas, resultados e boas práticas que contribuam para o fortalecimento do cinema e do audiovisual paranaense em seus eixos estratégicos: pesquisa, formação, produção, difusão e preservação.

Diferentemente dos mecanismos tradicionais de fomento, o prêmio não financia a execução de projetos futuros, mas valoriza realizações já concretizadas ou ações de impacto comprovado, que gerem inovação, relevância cultural, social ou econômica para o setor.

A premiação poderá contemplar **profissionais, coletivos, instituições, empresas e iniciativas** que se destaquem em diferentes frentes do ecossistema audiovisual, como:

- inovação tecnológica ou metodológica;
- práticas de formação e capacitação;
- ações de preservação e memória;
- iniciativas de difusão e acesso;
- políticas de inclusão e diversidade;
- produção e circulação de obras paranaenses em circuitos nacionais e internacionais;
- performance de mercado, incluindo resultados de bilheteria, exibição em salas comerciais, desempenho em plataformas digitais, vendas internacionais e outros indicadores de sustentabilidade econômica e impacto territorial.

- performance de mercado, incluindo resultados de bilheteria, exibição em salas comerciais, desempenho em plataformas digitais, vendas internacionais e outros indicadores de sustentabilidade econômica e impacto territorial. Poderão ser contemplados não apenas filmes e produtoras, mas também distribuidoras, agregadoras de conteúdo, programadoras, plataformas de streaming, catálogos, festivais e ações de comercialização que tenham contribuído de forma comprovada para o desenvolvimento econômico, a circulação nacional e internacional e a visibilidade do audiovisual paranaense.

A Paraná Filmes concentrará prêmios de caráter econômico e estratégico, voltados à inovação, competitividade, circulação de conteúdos paranaenses e fortalecimento da cadeia produtiva, podendo contemplar filmes, produtoras, distribuidoras, agregadoras, catálogos, plataformas e festivais que apresentem resultados expressivos de desempenho comercial, difusão internacional ou impacto territorial.

Os prêmios poderão incluir isenções de taxas, bonificações contratuais, reconhecimento de performance em exibição, distribuição ou streaming, e outras formas de incentivo à sustentabilidade e expansão do mercado audiovisual paranaense.

O Prêmio-Estímulo, ao funcionar como **instrumento de valorização pública**, contribui para consolidar uma cultura de excelência, inovação e pertencimento no audiovisual paranaense, reforçando a identidade e a visibilidade do setor dentro e fora do estado.

7.6 Fomento à inovação e sustentabilidade

O fortalecimento do setor audiovisual paranaense passa também pela incorporação de tecnologias emergentes, práticas sustentáveis e novos modelos de negócio. O PROAV-PR propõe mecanismos que articulem inovação, sustentabilidade ambiental e transformação digital, promovendo a modernização do ecossistema produtivo e a inserção do Paraná em redes de vanguarda tecnológica e ambiental.

a) Fomento via blockchain e ativos digitais: a Paraná Filmes poderá estimular projetos voltados ao uso de tecnologias de blockchain, tokenização e ativos digitais aplicados ao audiovisual, em parceria com instituições de pesquisa, inovação e mercado financeiro.

Entre as possibilidades, destacam-se:

- Certificação de autoria e integridade: criação de um registro imutável de roteiros, obras e contratos, assegurando transparência e proteção de direitos autorais.
- Financiamento via tokenização: estruturação de modelos de captação de recursos por meio da emissão de tokens, que possam representar desde frações de propriedade intelectual até benefícios exclusivos para apoiadores, investidores ou comunidades de fãs.
- Gestão inteligente de direitos: desenvolvimento de sistemas descentralizados de licenciamento e remuneração automática de direitos autorais e conexos, com base em contratos inteligentes (smart contracts).

b) Produção audiovisual sustentável e créditos de carbono: em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, a Paraná Filmes poderá instituir o programa “Produção Audiovisual Sustentável”, alinhado à economia verde e à Agenda 2030 da ONU.

O programa certificará produtoras e projetos que adotem práticas ambientais responsáveis, como:

- uso de energia renovável em sets e escritórios;
- redução e gestão de resíduos;
- logística de baixo carbono;
- compensação de emissões e reflorestamento.

Esses projetos poderão ser certificados para geração de créditos de carbono, criando novas fontes de receita e posicionando o Paraná como referência nacional em produção audiovisual sustentável.

c) Fomento à formação de catálogos de distribuição:

Como parte da estratégia de diversificação dos instrumentos de fomento, propõe-se a criação de editais geridos pela Paraná Filmes voltados à estruturação de catálogos de distribuição. O objetivo é fortalecer distribuidoras e agregadoras de conteúdo sediadas no Paraná, ampliando o elo de circulação e comercialização das obras paranaenses.

Diferentemente do apoio pontual à distribuição de filmes individuais, este mecanismo se concentra em fomentar catálogos consistentes e sustentáveis, estimulando a criação de modelos de negócio duradouros, competências empresariais locais e inserção em mercados nacionais e internacionais.

Essa iniciativa representa uma inovação em política pública, ao unir fomento direto, incentivo à inovação digital e política industrial criativa, promovendo o desenvolvimento de um ecossistema audiovisual moderno, sustentável e competitivo.

7.7 Fomento por medição de entregas

O Fomento por Medição de Entregas constitui uma nova modalidade de fomento público, a ser operada pela Paraná Filmes, voltada à execução contratual baseada em resultados comprovados, e não apenas em prestação de contas financeira.

Inspirado em modelos de execução por etapas adotados em licitações e programas de inovação, esse formato vincula o repasse dos recursos públicos ao cumprimento técnico das etapas de produção, aferidas por meio de validação técnica especializada.

Os projetos selecionados nesta modalidade terão seus pagamentos fracionados conforme a comprovação do cumprimento das metas e entregas definidas em contrato. A seguir, um exemplo aplicável à realização de obra audiovisual não seriada:

Etapa	Percentual do valor total	Entrega exigida	Validação técnica
1ª parcela	40–50%	Entrega dos contratos da equipe técnica principal e do elenco principal, análise técnica do roteiro, decupagem e estudo de locações	Paraná Filmes – validação de pré-produção
2ª parcela	35–40%	Comprovação da conclusão das filmagens por meio da entrega das imagens brutas	Paraná Filmes – validação de produção
3ª parcela	10–15%	Entrega da obra finalizada, matriz de preservação e Certificado de Produto Brasileiro (CPB)	Paraná Filmes – validação de pós-produção e/ou finalização

A contratação do projeto e o desembolso dos recursos serão operacionalizados por agente financeiro designado, responsável por administrar os pagamentos conforme as comunicações oficiais de validação técnica emitidas pela Paraná Filmes.

Esse modelo garante maior controle sobre a execução, foco em resultados, redução de inadimplências e diminuição da burocracia, substituindo a tradicional prestação de contas financeira por um controle técnico de entregas e metas.

O Fomento por Medição de Entregas poderá ser aplicado, prioritariamente, às linhas de produção audiovisual, séries, documentários e obras de maior porte, podendo ser expandido futuramente para jogos eletrônicos (games) e novas mídias.

8. Monitoramento e Avaliação da Política Pública

Uma política pública contemporânea não se esgota em sua formulação e implementação: ela deve ser um organismo vivo, capaz de aprender, se adaptar e evoluir. O êxito do PROAV- PR dependerá de sua capacidade de incorporar mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação, que permitam mensurar resultados, identificar desafios e promover ajustes contínuos.

A política deverá ser acompanhada a partir de um conjunto de indicadores de processo, resultado e impacto, definidos em consonância com os cinco eixos estratégicos (Pesquisa, Formação, Produção, Difusão e Preservação). A metodologia de avaliação será plural e multidimensional, combinando abordagens quantitativas e qualitativas, de forma a capturar não apenas números, mas também transformações simbólicas, sociais e territoriais.

Os resultados desse monitoramento serão públicos, compondo um sistema de transparência ativa e de accountability para a sociedade, incluindo relatórios anuais de atividades, painéis de indicadores e avaliações periódicas da eficácia, eficiência e efetividade das ações implementadas.

Atualmente, a Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) já adota mecanismos relevantes de transparência e prestação de contas, como a divulgação de editais, resultados e relatórios de execução, e dispõe de ferramentas digitais como o SisProfice, que permitem acompanhar a aplicação dos recursos públicos. No entanto, para uma avaliação de impacto mais abrangente, o PROAV-PR propõe a criação de um Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação (SIMA/PR), operado de forma articulada entre a SEEC, a Paraná Filmes e o Conselho do Audiovisual Paranaense (CAP).

Níveis de monitoramento

O sistema será estruturado em três níveis complementares:

- **Nível estratégico:** acompanhamento dos objetivos gerais da política e de seu alinhamento com as diretrizes do Governo do Estado, da SEEC e dos planos setoriais de cultura e economia criativa.
- **Nível tático:** monitoramento da implementação dos programas e ações específicas de cada eixo estratégico, avaliando o desempenho institucional e a eficiência dos instrumentos de fomento.
- **Nível operacional:** acompanhamento da execução dos projetos e atividades individuais, com foco em indicadores de desempenho, cumprimento de metas e resultados entregues.

Tipos de avaliação

O sistema contemplará três dimensões complementares de avaliação:

- **Avaliação de processo:** análise da eficiência na implementação das ações, gestão de recursos e cumprimento de prazos.
- **Avaliação de resultado:** mensuração dos produtos e serviços gerados, como número de obras produzidas, eventos realizados, profissionais formados ou público alcançado.
- **Avaliação de impacto:** estudo dos efeitos econômicos, sociais, culturais e territoriais da política, considerando variáveis como geração de renda, fortalecimento da identidade cultural, inovação tecnológica e descentralização regional.

Avaliação de impacto e revisão estratégica

A cada dois anos, o Conselho do Audiovisual Paranaense (CAP) coordenará uma avaliação de impacto aprofundada, a partir de dados quantitativos e qualitativos coletados pela SEEC e pela Paraná Filmes.

Essa avaliação incluirá:

- análise dos indicadores-chave de desempenho (KPIs);

- realização de pesquisas de campo e estudos de caso;
- entrevistas com agentes do setor, gestores e beneficiários;
- cruzamento de dados socioeconômicos e culturais.

Os resultados deverão ser apresentados em seminário público e publicados em relatório digital interativo, servindo de base para a revisão das diretrizes estratégicas e dos instrumentos de fomento do PROAV-PR para o biênio seguinte.

Dessa forma, o sistema de monitoramento e avaliação consolida um ciclo contínuo de planejamento, execução, mensuração e aperfeiçoamento, assegurando que o audiovisual paranaense permaneça dinâmico, transparente e alinhado às transformações culturais, tecnológicas e econômicas do seu tempo.

9. Considerações Finais

O Programa Estadual de Desenvolvimento do Cinema e do Audiovisual do Paraná (PROAV-PR) representa um marco estruturante para o setor audiovisual paranaense. Mais do que um conjunto de ações, o programa consolida uma política pública de Estado, duradoura, articulada e alinhada às transformações culturais, tecnológicas e econômicas do século XXI.

Seu diferencial reside na visão integrada e sistêmica, que articula as dimensões simbólica e econômica do audiovisual, assegurando que a produção cultural e o desenvolvimento de mercado avancem de forma complementar. A institucionalidade dual, com a Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) e a Paraná Filmes atuando de maneira coordenada, confere solidez técnica, clareza de papéis e capacidade executiva ao modelo.

A organização da política em cinco eixos estratégicos (pesquisa, formação, produção, difusão e preservação) garante que todo o ecossistema audiovisual seja contemplado, desde a criação e a experimentação até a circulação e a salvaguarda do patrimônio. A criação do Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA), por sua vez, estabelece uma base financeira estável, diversificada e sustentável, fundamental para garantir continuidade às ações e previsibilidade ao setor.

O PROAV-PR nasce com vocação inclusiva, descentralizada e participativa, comprometido com a valorização da diversidade cultural, a equidade territorial e a ampliação das oportunidades em todo o estado. Seu sistema de governança compartilhada assegura o protagonismo da sociedade civil, por meio do Conselho do Audiovisual Paranaense (CAP), e a transparência em todas as etapas de planejamento, execução e avaliação.

Ao conjugar planejamento estratégico, mecanismos inovadores de fomento e um modelo institucional moderno, o PROAV-PR posiciona o Paraná entre os estados mais avançados do país em políticas públicas para o audiovisual. Mais do que fomentar obras, o programa fomenta futuro: um futuro em que a cultura, a criatividade e a inovação se tornam vetores de desenvolvimento humano, social e econômico.

10. Referências Bibliográficas

O Programa Estadual de Desenvolvimento do Cinema e do Audiovisual do Paraná (PROAV-PR) representa um marco estruturante para o setor audiovisual paranaense. Mais do que um conjunto de ações, o programa consolida uma política pública de Estado, duradoura, articulada e alinhada às transformações culturais, tecnológicas e econômicas do século XXI.

Seu diferencial reside na visão integrada e sistêmica, que articula as dimensões simbólica e econômica do audiovisual, assegurando que a produção cultural e o desenvolvimento de mercado avancem de forma complementar. A institucionalidade dual, com a Secretaria de Estado da Cultura (SEEC) e a Paraná Filmes atuando de maneira coordenada, confere solidez técnica, clareza de papéis e capacidade executiva ao modelo.

A organização da política em cinco eixos estratégicos (pesquisa, formação, produção, difusão e preservação) garante que todo o ecossistema audiovisual seja contemplado, desde a criação e a experimentação até a circulação e a salvaguarda do patrimônio. A criação do Fundo Paranaense do Audiovisual (FPA), por sua vez, estabelece uma base financeira estável, diversificada e sustentável, fundamental para garantir continuidade às ações e previsibilidade ao setor.

O PROAV-PR nasce com vocação inclusiva, descentralizada e participativa, comprometido com a valorização da diversidade cultural, a equidade territorial e a ampliação das oportunidades em todo o estado. Seu sistema de governança compartilhada assegura o protagonismo da sociedade civil, por meio do Conselho do Audiovisual Paranaense (CAP), e a transparência em todas as etapas de planejamento, execução e avaliação.

Ao conjugar planejamento estratégico, mecanismos inovadores de fomento e um modelo institucional moderno, o PROAV-PR posiciona o Paraná entre os estados mais avançados do país em políticas públicas para o audiovisual. Mais do que fomentar obras, o programa fomenta futuro: um futuro em que a cultura, a criatividade e a inovação se tornam vetores de desenvolvimento humano, social e econômico.

